



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Boletim conjunto de professores e funcionários, das
redes públicas estadual e municipal de SP
(Apeoesp / Sinpeem / Afuse)**

05/08/2021

POLÍTICA OPERÁRIA

ABAIXO A REFORMA ADMINISTRATIVA! DERROTAR A PEC 32 COM A LUTA NAS RUAS! TODA FORÇA À GREVE NACIONAL DO FUNCIONALISMO NO DIA 18 DE AGOSTO!

Trata-se de um ataque não só ao funcionalismo, mas ao conjunto da população, que depende dos serviços públicos.

Nossa luta deve ser pela retirada imediata da PEC 32! Nenhuma confiança no método da pressão parlamentar!

Em defesa da estabilidade para todos!

Que os sindicatos, centrais e movimentos sociais convoquem as suas assembleias presenciais, para organizar a resistência coletiva!

Ligar a luta para pôr abaixo a reforma administrativa com o combate mais amplo contra o governo Bolsonaro!

Em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação para todos, priorizando os pobres e miseráveis!

Ocorreu, nos dias 29 e 30 de julho, o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, pela via virtual. O objetivo da reunião era o de organizar o combate à PEC 32/2020, da reforma administrativa.

O governo Bolsonaro e seus aliados têm tentado justificar a proposta, afirmando que se trata de “eliminar privilégios”, pois, assim, economizará recursos, os quais, por sua vez, poderão ser aplicados na geração de empregos e no desenvolvimento do País. Pura demagogia! O mesmo discurso mentiroso foi utilizado para tentar legitimar a Lei do Teto de Gastos e as contrarreformas trabalhista e previdenciária. E a experiência já demonstrou que nenhum

privilégio foi eliminado, o desemprego continua nas alturas, a crise econômica só se aprofunda e a desigualdade social só aumenta.

Ao contrário do discurso da burguesia, as reformas que já foram aprovadas preservaram os privilégios das Forças Armadas e do alto escalão governamental, enquanto a imensa maioria dos trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público continuou recebendo salários miseráveis, tendo perdido direitos históricos, que haviam sido conquistados com muita luta. A reforma administrativa vai ampliar um fenômeno que já existe, e que faz parte do caráter fisiológico do Estado burguês-oligárquico, que é a farra das nomeações políticas para os cargos,

acentuando o controle político-ideológico sobre a máquina estatal, além de aumentar ainda mais as engrenagens da corrupção.

O objetivo do governo, com a falácia da “eliminação dos privilégios” e da “modernização dos serviços públicos”, é claro: jogar trabalhador contra trabalhador, buscando nivelar por baixo os salários e direitos. Não por acaso, o centro da proposta de reforma administrativa está no ataque à estabilidade do funcionalismo. Trata-se de uma medida que é parte da reforma trabalhista, que praticamente anulou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Além de pressionar para baixo o valor da força de trabalho, esse conjunto de medidas impulsiona a privatização e a terceirização, atendendo aos interesses da minoria capitalista.

O verdadeiro motivo, que está na raiz da reforma administrativa, bem como das outras medidas de ataque, é a crise estrutural do capitalismo. As forças produtivas, altamente desenvolvidas, se encontram encarceradas pelas relações de produção monopolistas e pelas fronteiras nacionais, empurrando a humanidade de conjunto para a barbárie. Mais especificamente, pode-se encontrar o problema da gigantesca e extorsiva dívida pública, que é expressão da crise geral do sistema capitalista, como elemento de pressão sobre os governos semicoloniais, a exemplo do Brasil, para que enxuguem seus orçamentos, de forma a continuar saldando os compromissos com o capital financeiro. Em outras palavras, a reforma administrativa comparece como uma resposta burguesa, ditada pelo capital financeiro e pelo imperialismo, como parte da flexibilização capitalista do trabalho e com o objetivo de preservar o pagamento da dívida pública.

Vale dizer ainda que os atuais servidores serão atingidos, ao contrário do que têm dito os governistas, acentuando a divisão entre “estáveis” e “não estáveis”, com reflexos na organização sindical, dado que a ameaça patronal é obviamente mais forte quando a possibilidade de demissão é facilitada. Trará reflexos também sobre os direitos conquistados e sobre o regime previdenciário, dado que levará a um progressivo esvaziamento dos fundos, de onde vêm os recursos para pagar as aposentadorias. Não se trata, além disso, de um ataque somente ao funcionalismo, pois levará a um reforço da precarização dos serviços públicos, golpeando o acesso a direitos sociais fundamentais, usufruídos pelos pobres e miseráveis.

Como se vê, a PEC 32 é um ataque amplo e profundo da burguesia sobre os explorados, exigindo destes uma resposta massiva e unitária. Para colocar em prática essa via, contudo, será preciso eliminar os obstáculos políticos, que correspondem à linha de ação determinada pelas direções do movimento sindical. São eles:

1º) Não entrar na conversa fiada de que “uma refor-

ma administrativa é necessária”. Durante o Encontro Nacional, dos dias 29 e 30, houve quem defendesse essa ideia estapafúrdia. O que existe concretamente é a PEC 32 e esta representa um ataque sem precedentes ao funcionalismo. Devemos lutar pela retirada imediata da proposta! Qualquer concessão nesse sentido fortalece o discurso do governo que, como vimos, não passa de pura demagogia;

2º) No mesmo Encontro, também estiveram presentes representantes favoráveis à tática do “adiamento da votação no Congresso Nacional”, tendo em vista que “o ano que vem é ano eleitoral, e ninguém irá assumir esse desgaste”. Já vimos essa tática fracassada ser aplicada nos casos das reformas trabalhista e previdenciária. O adiamento só vai minando as forças do próprio movimento, enquanto vai permitindo aos parlamentares ganharem tempo para as negociações de bastidores, incluindo a compra de votos e todo o tipo de lobby. Diante do primeiro sinal de fraqueza ou desarticulação dos sindicatos, a proposta é colocada em votação e acaba sendo aprovada;

3º) O “convencimento dos deputados e senadores, para que votem contra a PEC”. O Congresso Nacional possui uma composição política ultrarreacionária. É parte do Estado burguês, portanto, não é o nosso terreno de luta. É uma ilusão tipicamente pequeno-burguesa achar que é possível “convencer” parlamentares, como se estes se movimentassem segundo suas próprias consciências, e não de acordo com as forças políticas que representam. É o poder econômico, ou seja, é a burguesia e as frações oligárquicas que mandam e desmandam no Parlamento e nas demais instâncias do Estado.

O Partido Operário Revolucionário participou do Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, exigindo que os sindicatos, confederações e centrais convocassem as assembleias presenciais e reuniões de base também presenciais, para organizar a resistência coletiva dos trabalhadores, pela derrubada imediata da PEC 32. Rejeitou os fóruns virtuais, mostrando que as assembleias e reuniões de base presenciais são o único mecanismo capaz de organizar os explorados presencialmente e colocar em prática as decisões aprovadas.

Para derrotar a proposta do governo, precisamos erguer uma poderosa mobilização nacional, lutando nas ruas, com o método da ação direta. Daí a importância de ligar esse movimento ao combate mais amplo contra o governo Bolsonaro, levantando as bandeiras de defesa da vida das massas: emprego, salários, direitos trabalhistas e vacinação universal, priorizando os pobres e miseráveis. É fundamental que essas reivindicações compareçam unidas à bandeira de pôr abaixo a reforma administrativa, em defesa da estabilidade para todos! Toda força à greve nacional do funcionalismo no dia 18 de agosto!